

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

UMA LONGA E BEM-SUCEDIDA PARCERIA

BREVE HISTÓRICO

No início dos anos 1980, o Brasil vivia uma profunda crise econômica, descrita apenas parcialmente pelos indicadores econômicos e de mercado de trabalho. No caso do desemprego, o descolamento entre a realidade vivenciada pelos trabalhadores e a taxa registrada pela pesquisa oficial propiciou a construção de uma parceria entre a Fundação Seade e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese para produzir uma pesquisa que descrevesse melhor a conjuntura do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. Nascia assim, em outubro de 1984, a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

A partir de 1993, a arquitetura institucional da PED – execução descentralizada, por entidades estaduais, sob a coordenação do Seade e do Dieese – foi reconhecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat como parte integrante do Sistema Público de Emprego. Além da validação do modelo de pesquisa, as resoluções do Codefat também asseguraram financiamento às instituições que utilizassem a metodologia PED.¹

Nos anos seguintes, à medida que o potencial analítico da PED era reconhecido, foi iniciada sua implantação em outras regiões metropolitanas do país, sob coordenação da Fundação Seade e do Dieese, sempre em parceria com uma instituição de pesquisa estadual. Em meados dos anos 2000, a PED era realizada, simultaneamente, em sete regiões metropolitanas – São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Distrito Federal, Belo Horizonte e Fortaleza.²

O Sistema PED subsidiou inúmeros estudos e permitiu ampliar o conhecimento sobre o mercado de trabalho das metrópoles brasileiras, em suas diferenças regionais. Sua operação descentralizada, e com a participação do Dieese na produção dos dados, gerou uma metodologia inovadora e subsídios importantes para as políticas públicas na área de mercado de trabalho.

1. Quatro resoluções do Codefat regulamentaram a PED como parte do Sistema Público de Emprego: a Resolução n. 54/1993 definiu os papéis do Seade e Dieese no sistema; a Resolução n. 55/1993 assegurou recursos para a implantação da pesquisa por entidades estaduais; a Resolução n. 98/2005 estabeleceu ações para o aperfeiçoamento do Sistema PED; e a Resolução n. 530/2007 criou o comitê gestor multipartite de apoio à execução da PED.

2. Houve, ainda, realização da PED em Belém e Curitiba, além de experiências pontuais em Caruaru e Pelotas.

MUDANÇAS METODOLÓGICAS E A APROXIMAÇÃO ENTRE PED E PNAD CONTÍNUA

A realização da PED em simultâneo às pesquisas do IBGE, principalmente a Pesquisa Mensal de Emprego – PME e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, produziu, em especial a partir dos anos 1990, intensos debates sobre as metodologias de pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil. Inúmeros seminários e reuniões técnicas foram realizados para discutir as características de cada levantamento, a complementaridade entre eles e os aprimoramentos necessários. Especial atenção sempre foi dada aos patamares distintos entre as taxas de desemprego (desocupação), face mais perceptível das diferenças metodológicas entre essas pesquisas.³

Em 2012, o IBGE implementou profunda reformulação em seu sistema de estatísticas domiciliares. A PME foi interrompida e a PNAD passou a ser contínua, com cobertura territorial mais ampla e divulgação mensal para o Brasil. Foram também realizadas mudanças metodológicas em linha com debates realizados desde 2006 com produtores e usuários de dados, inclusive a Fundação Seade e o Dieese. Vale destacar a alteração do período de referência para a procura de trabalho para os 30 dias anteriores à pesquisa,⁴ igual ao da PED para desemprego aberto, e a investigação de várias medidas de subutilização da força de trabalho, gerando indicadores adicionais ao de desocupação.⁵

A reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE atenuou as distinções em relação à PED. As taxas de desemprego aberto (desocupação) em 30 dias da PNAD e da PED tornaram-se similares em termos de tendência e patamares. Quando aplicado o conceito de desocupação da PNAD nos microdados da PED – ou seja, calculada a taxa de desocupação da PNAD com dados captados por meio do questionário da PED –, observa-se que, nos sete anos em que há dados disponíveis, as taxas têm a mesma evolução, com uma pequena diferença de patamar (a distância entre as curvas) devida a diferenças na amostra e na forma de operacionalização das pesquisas.

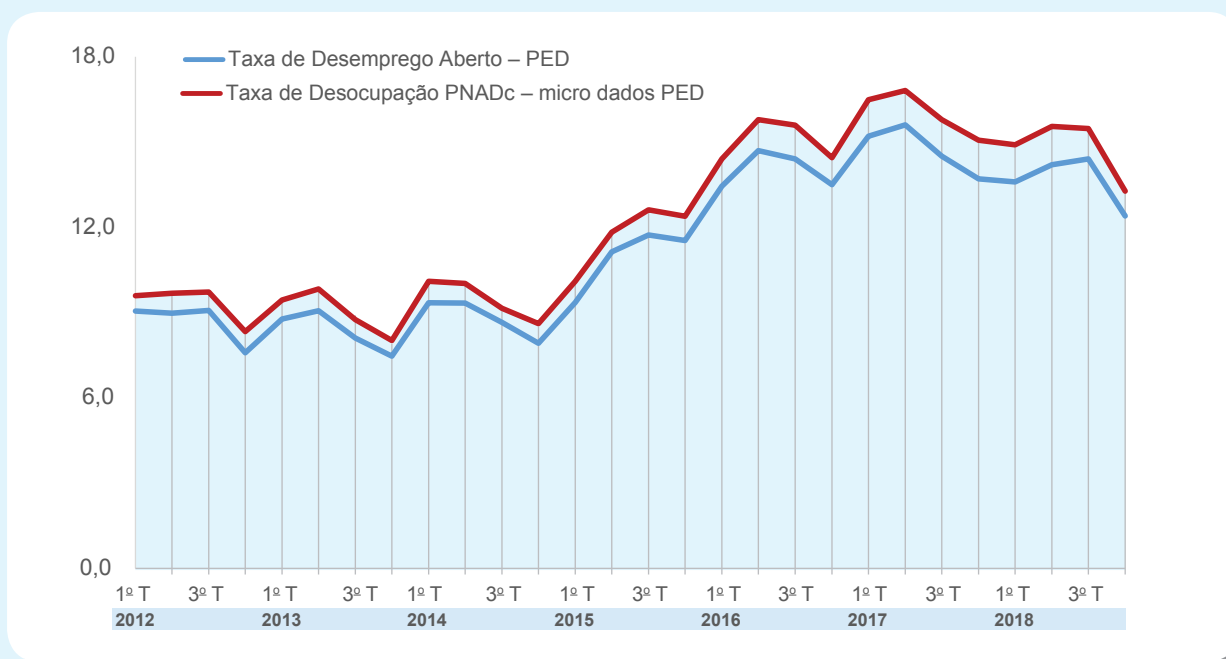
3. Em 2005, por exemplo, a PME registrava, para a Região Metropolitana de São Paulo, uma taxa de desocupação de 10,2%, enquanto as taxas de desemprego total e aberto da PED correspondiam a 17,0% e 10,6%, respectivamente. Em 2015, estas três taxas correspondiam a 7,0%, 12,9% e 10,7%, respectivamente.

4. Embora a PME captasse dados sobre a procura em 30 dias, para construção da taxa de desocupação era utilizada a procura nos sete dias anteriores à pesquisa. No caso da PNAD, os dados referiam-se somente à procura em sete dias.

5. Trata-se de procedimento similar ao de outros órgãos oficiais de estatística, incorporado pela OIT a partir de 2013. Ver, por exemplo, BREGGER, J. E.; HAUGEN, S. E. BLS introduces new range of alternative unemployment Rates. *Monthly Labour Review*, v. 118, n. 10, October 1995.

Taxas de desemprego aberto da PED e de desocupação PNAD Contínua

Região Metropolitana de São Paulo – 2012-2018



Fonte: Fundação Seade e IBGE.

Na comparação entre PED e PME, as diferenças entre essas taxas indicavam que estavam sendo medidos fenômenos diferentes – ou partes distintas do mesmo fenômeno –, o que justificou por décadas a realização simultânea das duas pesquisas. Já a comparação entre a PED e a nova PNAD mostra que este não é mais o caso. E, considerando que a PNAD Contínua oferece dados para o Estado de São Paulo em intervalos curtos, a manutenção da PED no atual formato – com cobertura apenas da Região Metropolitana – deixa de ser necessária.

Por essa razão, em acordo entre a Fundação Seade e o Dieese, o convênio firmado entre as duas instituições para realização da PED, com vigência até maio de 2019, não foi renovado. Assim, as duas instituições acordaram descontinuar a PED-RMSP a partir de julho de 2019.

NOVOS DESAFIOS INSTITUCIONAIS DA FUNDAÇÃO SEADE E DO DIEESE

Seade e Dieese permanecem parceiros no esforço de investigar e informar a sociedade sobre a dinâmica do mercado de trabalho em São Paulo. Um acordo de cooperação foi assinado pactuando regras para preservação e uso da metodologia da PED por ambas as instituições. Outro acordo está sendo firmado para que continuem atuando, em conjunto, em pesquisas e estudos destinados a gerar conhecimento sobre um mundo do trabalho em mudança.

Além da atuação em parceria, as duas instituições estão engajadas em novos projetos. No caso da Fundação Seade, foi lançado o produto *Informativos sobre Mercado de Trabalho* (<http://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/>), composto por boletins mensais sobre a evolução do emprego formal, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério da Economia, e boletins trimestrais sobre a dinâmica do mercado de trabalho, com os dados da PNAD Contínua. Estes informativos permitirão dispor de informações desagregadas para o Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, capital e regiões administrativas.

Além disso, a Fundação Seade iniciou, em julho desse ano, nova pesquisa para aprimorar sua plataforma de dados sobre a metrópole paulistana. Realizado mensalmente, este levantamento domiciliar permitirá captar dados sobre o perfil demográfico, educacional e de inserção no mundo do trabalho para a população metropolitana, além de informações sobre assuntos de interesse de políticas públicas. O primeiro tema a ser investigado no trimestre agosto-outubro de 2019 será mobilidade urbana.

O Dieese, por sua vez, deverá dar continuidade à sua experiência de produtor de informações domiciliares, por meio da gradual construção de uma pesquisa multitemática, nucleada pelo aperfeiçoamento da metodologia PED, acrescida de outras investigações pontuais que retratem as condições de trabalho e vida em diversos espaços territoriais. Embrionariamente, uma nova PED é realizada com este propósito no Distrito Federal desde janeiro de 2018, em um projeto que busca descrever as transformações recentes do mercado de trabalho urbano, impulsionadas pelos novos padrões institucionais trazidos pela reforma da legislação trabalhista e do aparato de proteção social, captadas associadamente a temas como reconhecimento de trajetórias ocupacionais recentes (já investigado), economia solidária e popular (em elaboração) e mobilidade e uso do tempo (em projeto).

Em busca de uma visão nacional e apoiada em diversas fontes de dados sobre o mercado de trabalho, primariamente orientado à assessoria do movimento sindical, o Dieese produz e divulga o *Boletim Emprego em Pauta* (<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta>) e estruturou e mantém atualizado o aplicativo *Negociando* (disponível nos canais *App Store* e *Google Play*). Ademais, o Departamento continuará investindo em análises e na geração de indicadores que potencializem novas interpretações sobre fontes oficiais, a exemplo do Índice das Condições do Trabalho – ICT, que oferece um olhar sintético do desempenho do mercado de trabalho nacional, a partir das informações da PNAD-C/IBGE.

A descontinuidade da PED na RMSP encerra importante ciclo de trabalho para a Fundação Seade e o Dieese. O fato de os indicadores da PED poderem hoje ser produzidos pela PNAD mostra que as inovações metodológicas adotadas no início dos anos 1980 pelas duas instituições eram consistentes e necessárias. A PED é interrompida, mas deixa como importantes frutos o maior conhecimento sobre a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro e a profícua parceria entre a Fundação Seade e o movimento sindical, por intermédio do Dieese, 35 anos de compromisso com a produção de estatísticas confiáveis e adequadas à realidade metropolitana.